

Ata nº 55 / XIII / 2.ª SL

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2016, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1ª Parte

Audição por requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

2ª Parte

1. Informações gerais
2. Análise do Parecer do pedido de assentimento para a deslocação do Senhor Presidente da República a Nova Iorque de 11 a 13 de dezembro de 2016, para participar na cerimónia de juramento do novo Secretário-Geral da O.N.U. - Proposta de Resolução n.º 545/XIII/2ª
3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 21/XIII/2ª - Aprova o Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Investigação Biomédica, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 2005.
4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 22/XIII/2ª - Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002.
5. Para além das iniciativas que constam da OD já disponibilizada (PPR 24/XIII, e PJR 546/XIII) baixaram à CNECP no dia de ontem, outras 10 novas iniciativas. Assim sendo, temos a distribuição das seguintes iniciativas:

- **Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2ª** - Aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Montenegro, assinado em Bruxelas, em 19 de maio de 2016.
- **Proposta de Resolução n.º 25/XIII/2.ª** Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Principado de Andorra para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre os Rendimentos, assinada em Nova Iorque, em 27 de setembro de 2015.
- **Proposta de Resolução n.º 26/XIII/2.ª** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Virgens Britânicas sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 5 de outubro de 2010.
- **Proposta de Resolução n.º 27/XIII/2.ª** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo das Ilhas Turcas e Caicos sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 21 de dezembro de 2010.
- **Proposta de Resolução n.º 28/XIII/2.ª** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados de Guernsey sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 9 de julho de 2010.
- **Proposta de Resolução n.º 29/XIII/2.ª** Aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Lisboa, em 27 de julho de 2015.
- **Proposta de Resolução n.º 30/XIII/2.ª** Aprova a alteração ao artigo 8.º e outras alterações ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional relativas ao Crime de Agressão, adotadas na Conferência de Revisão em Kampala, de 31 de maio em 11 de junho de 2010.
- **Proposta de Resolução n.º 31/XIII/2.ª** Aprova a alteração ao artigo 124.º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotada na Haia, em 26 de novembro de 2015.
- **Proposta de Resolução n.º 32/XIII/2.ª** Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro, assinado em Astana em 21 de dezembro de 2015 (estando em presença de um Acordo de valor reforçado, proceder-se-á à consulta das Comissões especificamente competentes em razão da matéria).
- **Proposta de Resolução n.º 33/XIII/2.ª** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Belize sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Londres, em 22 de outubro de 2010.

- **Proposta de Resolução n.º 34/XIII/2.ª** Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Federação de São Cristóvão e Neves sobre Troca de Informações em Matéria Fiscal, assinado em Basseterre, em 29 de julho de 2010.
 - Relativamente ao **Projeto de Resolução n.º 546/XIII/2.ª (PS)** - Promove a melhoria do acesso aos cursos do Ensino de Português no Estrangeiro e promove a sua qualidade pedagógica.
 -
- 6.** Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias selecionadas pela CAE:
- [COM\(2016\) 654](#) - Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às contribuições financeiras a pagar pelos Estados-Membros para financiar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, incluindo o limite máximo para 2018, o montante anual para 2017 e a primeira parcela para 2017.
 - [COM\(2016\) 690](#) – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Rumo a uma política comercial sólida para a EU em prol do emprego e do crescimento.
- 7.** Aprovação das Atas números:
- 48/XIII/2.ª, da reunião de 04 de outubro de 2016
 - 50/XIII/2.ª, da reunião de 18 de outubro de 2016
- 8.** Outros assuntos
-

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou por propor que a Comissão iniciasse os trabalhos pelo expediente previsto na OD, deixando a audição do Senhor Secretário de Estado para a segunda parte da sessão, o que foi aceite pela unanimidade dos Deputados presentes.

Assim, no âmbito do **Ponto 1. da OD**, foram abordados os seguintes temas:

- Pedido de audição apresentado pelo Grupo de Apoio ao Tibete: a Comissão disponibilizou-se para receber uma sua delegação no dia 6 de dezembro, pelas 15 horas, no formato “Mesa

e Coordenadores”, incumbindo os Serviços da promoção dos contactos adequados.

- Relativamente ao mapa de Audições Regimentais, reconfirmaram-se as seguintes datas, entretanto revistas:

- 17 de janeiro, 3.ª feira, pelas 15h30 (anteriormente, 18 de janeiro)
- 21 de março, 3.ª feira, pelas 15h00 (anteriormente 15 de março)
- 27 de junho, 3.ª feira – 15h30. (mantida do antecedente)

- Audição conjunta das 2.ª, 3.ª e 4.ª Comissões com o Ministro da Defesa Nacional, sobre a execução da Estratégia Global da União nos domínios da Segurança e Defesa: foi proposta a data de 13 de dezembro, sujeita à confirmação do MDN e à presença do Senhor Ministro.

Relativamente ao **Ponto 2. da OD**, foi apresentado e analisado o Parecer para assentimento ao Senhor Presidente da República, da deslocação que pretende efetuar a Nova Iorque de 11 a 13 de dezembro de 2016, para participar na cerimónia de juramento do novo Secretário-Geral da O.N.U.

Uma vez lido o Parecer da Comissão, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 3.**, o Relator, o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** propôs a apresentação conjunta das Propostas de Resolução números 21/XIII e 22/XIII, dada a identidade de matérias nelas abordadas, o que foi aceite por unanimidade dos Deputados presentes.

Prossequindo, o Autor situou e enquadrou ambas as iniciativas, tendo sumariado o tratamento que nas mesmas veio a ser conferido às matérias delas constantes. Trata-se, em ambos os casos, de Protocolos Adicionais à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, no primeiro caso, referente à Investigação Biomédica e, no segundo, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana. Salientou que no caso da Convenção referente à Investigação Biomédica, se tratou do primeiro texto internacional juridicamente vinculativo concebido para preservar a dignidade humana, os direitos e liberdades, através de uma série de princípios e proibições contra o uso indevido dos avanços médicos e biológicos. E sublinhou que, neste âmbito, são proibidas todas as formas de discriminação baseadas em

razão da composição genética de uma pessoa e permite a realização de testes genéticos preditivos apenas para fins médicos. O tratado permite a engenharia genética só por razões preventivas, de diagnóstico ou terapêuticos e apenas quando tal não visa alterar a composição genética dos descendentes de uma pessoa, tudo ficando sujeito aos princípios do consentimento do tratamento e da informação a prestar aos interessados. Emitindo a sua opinião, o Autor quis evidenciar a particular relevância que os documentos em apreço __ os quais garantem uma atualização dos conteúdos de acordo com os avanços da tecnologia __ tenham efetivamente um papel normativo no campo do direito internacional, sendo muito relevante que países como Portugal possam dar o exemplo ao subscrever o seu conteúdo e ao garantir o seu efetivo cumprimento nos contextos nacional e europeu. A discussão desta matéria em sede da CNECP é não apenas um sinal de maturidade democrática, mas também o justo reconhecimento de que os direitos humanos são na sua essência transfronteiriços e o reconhecimento que os Estados têm a responsabilidade de vigilância do seu pleno cumprimento e de promoção da sua implementação onde estes direitos ainda não estão salvaguardados.

No caso específico da Proposta 22/XIII, sinalizou que a classificação de cidadãos com base num perfil genético, ou outras características que fiquem expostas por via dos avanços tecnológicos, pode levar a uma nova vaga de discriminação, a qual pode facilmente encaminhar para o ressurgimento de uma visão eugénica da medicina e da sociedade. Num momento em que novas formas de nacionalismo e o “purismo étnico” surgem no contexto da Europa, outrora tolerante e solidária, estes riscos não podem nem devem ser menosprezados.

Concluiu, no final, estarem ambas em condições de serem apreciadas e votas em Plenário.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar o Deputado-Autor do Parecer pela qualidade e profundidade do trabalho apresentado, em especial nas potenciais incidências éticas, e no respeitante à adoção de novas tecnologias para os fins previstos.

Submetidas à votação, ambas as Propostas foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5. da OD**, a distribuição de iniciativas ficou ordenada como segue:

Proposta de Resolução n.º 24/XIII/2.^a: .Deputada Isabel Santos (PS);

Proposta de Resolução n.º 25/XIII/2.^a: Deputada Domicília Costa (BE);

Proposta de Resolução n.º 26/XIII/2.^a: Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP);

Proposta de Resolução n.º 27/XIII/2.^a: Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP);
Proposta de Resolução n.º 28/XIII/2.^a: Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP);
Proposta de Resolução n.º 29/XIII/2.^a: Deputado Pedro Alves (PSD);
Proposta de Resolução n.º 30/XIII/2.^a: Deputada Lara Martinho (PS);
Proposta de Resolução n.º 31/XIII/2.^a: Deputada Lara Martinho (PS);
Proposta de Resolução n.º 32/XIII/2.^a: Deputada Carla Cruz (PCP);
Proposta de Resolução n.º 33/XIII/2.^a: Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP);
Proposta de Resolução n.º 34/XIII/2.^a: Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP);
Relativamente ao Projeto de Resolução n.º 546/XIII/2.^a (PS): o Grupo Parlamentar do PS informou que a sua apresentação e discussão terá lugar em Plenário.

Relativamente ao **Ponto 6. da OD**, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

- COM (2016) 654: Deputada Lara Martinho (PS);
- COM (2016) 690: Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD).

No **Ponto 7.**, foram lidas as Atas ali identificadas, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos deputados presentes.

No âmbito do **Ponto 8.**, pediu a palavra o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para informar que, de acordo com deliberação da Conferência de Líderes, haverá sessão em Plenário na terça-feira, dia 6 de dezembro, pelo que terá de ser revisto o agendamento com o Grupo de apoio ao Tibete.

Intervindo, sugeriu o Senhor **Presidente** que a revisão da data para este encargo pudesse ser diretamente ajustada entre os coordenadores dos diferentes Grupos, o que foi aceite por unanimidade.

Após uma curta interrupção, e uma vez recebida a delegação governamental, retomaram os trabalhos com a apresentação de cumprimentos de boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), Dr. José Luís Carneiro, a quem foi explicada a metodologia adotada. Prosseguiu o Senhor **Presidente**, dando a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, na qualidade de Requerente.

Neste seguimento, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que começou por identificar as matérias objeto do Requerimento do seu Grupo como implicando medidas importantes nas políticas para as comunidades portuguesas, de que são exemplo as novas valências no Consulado-Geral em Paris. E perguntou: que melhorias se esperam concretamente, em Paris? Em que moldes estão a funcionar os gabinetes de apoio à Diáspora, objeto, aliás, de Projeto de Resolução do PS, cuja importância e determinante para o investimento em Portugal? Questionou, ainda, sobre que tipo de utilidades e serviços trouxeram os gabinetes de apoio ao emigrante, a funcionar junto de determinados municípios estrangeiros; qual a situação no apoio às comunidades na Venezuela; qual a situação dos consulados de Clermont-Ferrand; e, finalmente, em que situação está o novo Regulamento para apoio ao movimento associativo das comunidades portuguesas.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado**, começando por agradecer a oportunidade proporcionada pela presente audição para abordar temas de grande relevância. Acerca da experiência-piloto de Paris, tal traduziu-se em 60 novos serviços prestados, abarcando as áreas da saúde, emprego, impostos, transportes, justiça e segurança social, num total absoluto de 268 atos praticados, onde 78% respeitaram a registo criminal, sendo os restantes respeitantes a pagamento de coimas, segurança social direta e emissão de certidões diversas. A experiência vai ser replicada em Londres e em São Paulo. Saliou a implementação do denominado ato único consular, baseado numa plataforma eletrónica sediada em Lisboa. Prosseguiu, anunciado para dezembro próximo a implementação de uma nova ferramenta de georreferenciação de portugueses no estrangeiro, mesmo que não consularmente inscritos, dependendo de ato voluntário de adesão por parte dos interessados. No concernente aos gabinetes de apoio à Diáspora, referiu ter herdado um projeto de 2013, ainda sem espaço físico nem funcionários, tendo partido para uma segunda geração do projeto, o qual possui já e desde abril, 4 funcionários em laboração, tendo já sido possível detetar cerca de 1000 empresas interessadas, exteriormente à esfera de intervenção da AICEP. Pretende-se juntar em rede outras entidades, designadamente, as Câmaras de C, numa iniciativa que vais decorrer brevemente, em Sintra, tendo estendido aos deputados convite para marcarem presença. No que tange o gabinete de apoio ao emigrante, referiu ter procedido ao alargamento do mesmo a todo o território nacional, com destaque para Algarve e Alentejo. Neste âmbito, reúne mensalmente em Portugal uma equipa para acompanhar as necessidades manifestadas pelas comunidades, composta por altos responsáveis nas diferentes áreas temáticas de intervenção.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para saudar o Senhor Secretário de Estado e realçar a sua pretensão de contribuir para um trabalho que possa ser globalmente útil à diáspora. Relativamente ao denominado Espaço do Cidadão, manifestou preocupação em que venha a tornar-se num género de “Consulado virtual”, tendo questionado acerca do custo previsto para cada Espaço. Atentas as necessidades e exigência futuras da rede consular, perguntou se existem verbas para supri-las, tendo em conta, designadamente, a redução para 35 horas dos horários semanais de trabalho, sublinhando que, ao contrário do anteriormente anunciado, o Orçamento Geral do Estado parece não contemplar verbas adequadas para o efeito, existindo presentemente apenas 9 concursos abertos, quando seriam necessário 18. Finalmente, e no respeitante às “adoções forçadas” no Reino Unido, o Governo, a pedido do PSD, havia indicado cerca de 28 caos, ao passo que a Plataforma de Avogados” indicou recentemente 154. Perguntou, acerca desta matéria, onde está a verdade e o que pretende o Governo fazer acerca da mesma.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado** que cada Espaço custa entre 17 e 20 mil euros, tendo passado a ser possível emitir certidões no imediato, ao contrário do prazo de 1 mês que se verificava do antecedente. Embora reforçados recentemente, os recursos humanos sofreram acréscimo de serviço em função da onda de emigrantes dos últimos anos, estando em curso a estabilização do sistema, para o qual se pretende, igualmente, contratar 6 novos elementos para área informática. Foram abertos concursos para 28 vagas para 21 postos consulares (em 2 dos casos __ Estugarda e Estados Unidos __, por motivos de dificuldade na obtenção de vistos, não chegaram a abrir), estando em estudo a colocação de pessoal diplomático de carreira em determinados consulados. Sinalizou ter existido reforço de pessoal com 10 Chanceleres, faltando preencher outros 3 lugares, e que o Governo pretende designar mais Cônsules Honorários com poderes reforçados.

Em nome do **BE**, interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, que saudou o Senhor Secretário de Estado. Frisando o investimento já realizado na rede consular, perguntou: qual o impacto destas medidas na vida das pessoas; se a adoção das 35 horas produziram um aumento na despesa ou a uma redução da produtividade; se a melhoria nos serviços assim verificada tem sido objeto de divulgação; que passos estão a ser dados para facilitar o acesso à informação digital na Diáspora; relativamente ao Reino Unido, qual o balanço atual na situação diluviana do atendimento consular, e qual é a situação no que concerne às “adoções forçadas”. A melhoria da qualidade de vida dos funcionários tem estado a ser avaliada conjuntamente, sendo de registar: a celebração, recente, de acordos extrajudiciais sobre as

remunerações dos coordenadores da rede de ensino do português no estrangeiro; as correções cambiais entretanto encetadas, com integração de pessoal do Instituto Camões e da AICEP; e, relativamente à questão das 35 horas, a necessidade de proceder a alguns ajustamentos nos serviços de atendimento, anunciando a abertura, para breve, de concursos para as necessidades sobrantes.

Em **resposta** o Senhor **SECP** começou por aludir à questão das adoções, referindo que, de acordo com fontes consulares de Londres e Manchester, cruzadas com dados da Proteção de Menores, permitiram detetar 154 casos, 20 dos quais, as crianças seguiram para adoção por terceiros. Está a ser elaborado um relatório-diagnóstico que será divulgado brevemente, relativo a cada um dos 154 casos detetados, o qual será remetido às autoridades britânicas. Em reunião recentemente ocorrida na Embaixada de Portugal em Londres, na qual participou o advogado Pedro Proença, foi possível concluir que: a terminologia “adoção forçada” era exagerada, pois existem cerca de 80 mil crianças institucionalizadas; no caso específico de Iolanda Menino existiu acompanhamento jurídico prestado gratuitamente, tendo a mesma declinado a sua continuação; confirmando a existência de dificuldades no acesso aos serviços consulares, a Embaixada tem duas pessoas com formação jurídica a apoiar estes casos, tendo satisfeito todos os pedidos de auxílio direto que lhe foram solicitados, relembrando a prática diplomática portuguesa de que os serviços consulares acompanham sempre as condições em que a justiça estrangeira é aplicada a cidadãos portugueses.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP)** para saudar a presença do Senhor SECP, afirmando que o seu Partido apoiará sempre todas as iniciativas que visem a melhoria dos serviços prestados às comunidades portuguesas no exterior. Constatou que se a grande melhoria nesta prestação se situou na emissão de registos criminais (78%) e se este se encontra informatizado, então a evolução foi muito fraca. Saliu que inúmeros serviços públicos portugueses desconheciam a existência deste “Espaço Cidadão”, sem reflexo algum nos diferentes Portais dos organismos da Administração Pública. Relativamente à situação na Venezuela, verificou que, em vez de um plano, existiram medidas avulsas, pelo que questionou, independentemente do apoio do CDS a tais medidas, se deve considerar-se caído o mencionado plano de apoio, e se está previsto algum reforço de apoio orçamental para as comunidades neste país da América do Sul. No respeitante aos investimentos de empresário da Diáspora, perguntou quais e quem os produziu. Finalmente e com relação ao Reino Unido, perguntou o que havia sido feito nos diferentes consulados, até à data em que foi divulgada a existência dos 154 casos de “adoções forçadas”.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado**, que os serviços consulares prestaram apoio a todos quantos o solicitaram junto dos respetivos serviços. Informou, ainda, que foram registados cerca de 1 milhão de visitas ao Portal dos gabinetes de apoio ao emigrante. E acolheu as notas relativas à necessidade de emparelhar esta informação aos portais dos diferentes organismos da Administração Pública, competentes em função da matéria. No respeitante à situação na Venezuela, informou existirem ações em curso, nalguns casos em colaboração com a Região Autónoma da Madeira, sublinhando a necessidade de ter cuidado com a linguagem usada, quando estão em causa comunidades portuguesas e relações do foro internacional. Ainda nesta questão, referiu terem sido reforçados meios na segurança, no apoio social _ designadamente no diálogo concreto com a Segurança Social _ e nos meios humanos afetados.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para perguntar quais os serviços que beneficiarão do alargamento de valências a prestar no Gabinete de Apoio, em Paris, e se na perspetiva do Governo, bastam dois funcionários para que ali fique garantido o atendimento requerido pelos cidadãos. Questionou, depois, que tipo de solução é preconizada para os cidadãos que não possuam aptidões para aceder à internet. Relativamente à migração de dados, tanto da plataforma tecnológica, como do novo sistema de georreferenciação de portugueses no estrangeiro, perguntou se estão devidamente assegurados critérios e mecanismos de proteção de dados individuais. Finalmente, e no que à questão das “adoções forçadas” diz respeito, lembrou ter sido referido em audição parlamentar de um elemento pertencente à “Plataforma de Advogados” que o tempo de resposta dos serviços consulares às diferentes solicitações é demorado, perguntado como pretende o Governo resolver esta questão e o que já fez para melhorá-la.

Respondeu o Senhor **SECP** estarem a ser avaliadas todas as falhas e reclamações apresentadas perante os diferentes serviços consulares e que somente devido ao extraordinário esforço destes, foi possível aumentar o número de atos praticados, num ambiente de forte constrição de meios. Mais identificou a necessidade de os cidadãos melhorarem a perceção que possuem dos serviços consulares. Para já, mencionou serem suficientes os dois funcionários em laboração no Espaço-Cidadão, sendo que no que concerne à migração de dados, todos os que serão objeto de migração, sê-lo-ão por absoluto interesse dos próprios cidadãos e com o conhecimento destes, garantindo assim a agilização dos serviços prestados. Sublinhou que a secretaria de estado acolherá todos os contributos

que entidades diversas queiram prestar no âmbito da abordagem à questão das “adoções forçadas”. A terminar, informou que o Programa “Escolhas” foi já reativado.

Na **segunda ronda de intervenções**, intervieram os Senhores Deputados abaixo assinalados:

Carlos Alberto Gonçalves (PSD), que afirmou ter o espaço-cidadão ficado aquém das expectativas geradas. E perguntou qual a posição do Secretário de Estado relativamente ao recenseamento eleitoral dos portugueses no estrangeiro, e quando pretende o Governo apresentar o Relatório da emigração.

Lara Martinho (PS) para questionar acerca do reforço de pessoal nos consulados portugueses no Canadá e nos Estados Unidos; sobre a propalada repatriação de portugueses destes dois países, perguntou se existe o risco de tal vir a acontecer e que acompanhamento está o Governo a fazer para tal efeito; finalmente, e quanto ao acordo para regularização de portugueses residentes no Canadá, que e quantas pessoas estarão abrangidas.

Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) para questionar o Governo acerca da divulgação do Relatório da Emigração e, ainda, para saber se o Governo considera que a posição britânica em matéria de adoções é conforme ao direito Internacional aplicável e se conhece ou estabeleceu contactos com outros governos com cidadãos em situação semelhante.

Pedro Filipe Soares (BE) que perguntou que tipos de problemas podem trazer o “BREXIT” e a nova Administração americana para o fenómeno da emigração.

Carla Cruz (PCP) para realçar a necessidade de reforçar o apoio consular, bem como o associativismo tradicional ao nível local. Perguntou se o Governo conhece e tem apoiado o combate às redes de exploração de cidadãos emigrados.

Nas **respostas**, referiu o Senhor **Secretário de Estado** que:

A apresentação do Relatório da Emigração está a aguardar o contributo de outras entidades que o Governo quis ouvir, que não só o Observatório opera a emigração, matéria que foi alvo de revisão, no âmbito do protocolo que para o efeito se mantém vigente.

No concernente à participação em atos eleitoral dos cidadãos emigrados, e após reconhecer o trabalho efetuado pelo Senhor Deputado José Cesário na discussão parlamentar efetuada,

referiu ser intenção do Governo melhorar os termos dessa participação, removendo obstáculos existentes. Sobre esta matéria, declarou existir acordo com os sindicatos do pessoal consular para que o ato de recenseamento possa ficar inserido no Regulamento Consular, para efeitos de avaliação dos funcionários.

Informou que os Consulados nos Estados de Mato Grosso, Campo Grande, no Brasil, e de Nice e Montpellier, em França, já estão habilitados à prática de atos de recenseamento eleitoral.

Quanto às relações com o Canadá, deu garantias de que as regras que vinham sendo aplicadas em sede de regularização de cidadãos portugueses serão mantidas, e que eventuais alterações ao enquadramento serão sempre alvo de consulta prévia às autoridades portuguesas. Afirmou, ainda, não existirem situações de cidadãos em situação ilegal, mas sim de cidadãos não-documentados. Quanto a cidadãos expatriados do Canadá, de acordo com os dados que possui, foram de 146 em 2015 e 65 em 2016. Nos Estados Unidos, em 2015, ocorreram 25 casos, sendo de 27 em 2016.

Informou, ainda, ter existido reforço de meios nos Consulados de Manchester e Londres, com a garantia de que, a ocorrerem alterações relevantes no pós-“BREXIT”, os interesses das comunidades portuguesas ali residente seriam sempre salvaguardados.

No grupo seguinte de intervenientes, intervieram os Senhores Deputados:

Carlos Páscoa (PSD) para sublinhar a importância do apoio social às comunidades na Venezuela, alertando para a gravidade que começa a ter a situação, idêntica, verificada no rio de Janeiro. Perguntou porque motivo se encontra atrasada a regulamentação da denominada “Lei dos Netos”, cuja iniciativa fora do próprio PS. Finalizou, questionando o porquê da falta de reconhecimento da equivalência de títulos de condução no Brasil, facto que tem conduzido a graves problemas com as autoridades locais.

Isabel Santos (PS) para referir que conta, naturalmente, com o aumento do número de casos nas “adoções forçadas”, até pelo facto de os responsáveis britânicos afirmarem desconhecer exatamente o número de situações existentes, não havendo tratamento estatístico. Lembrou que nas audições ocorridas sobre esta matéria havia ficado vincado o clima de intimidação exercido pelas autoridades britânicas, levando a que muitos casos não tivessem sido tornados públicos. Mais acrescentou que um Relatório do Parlamento Europeu cuidava existirem mais de 5 mil casos anuais no Reino Unido, contra cerca de 200 casos, em média e em idêntico período, registados nos restantes países da União. Mesmo mudando a

terminologia técnica utilizada _ já que se fala em adoção sem consentimento parental _, a gravidade da situação impõe ao Estado o incremento no acompanhamento destas situações, onde casos existem de negação de entrega de menores a familiares diretos, perguntou se pensa o Governo poder reverter alguns destes casos e como.

José Cesário (PSD) para lembrar que durante a Administração-Obama foram deportados cerca de 3 milhões de pessoas, 500 dos quais, portugueses e perguntar se existe um plano para evitar que tal se repita. Relativamente ao Relatório de Emigração, lembrou que já no seu tempo de Secretário de estado, não era o Observatório quem o elaborava, mas sim o Ministério, com base em dados facultados por aquele. Assinalou terem abandonado os serviços consulares cerca de 500 funcionários, sendo 200 assistentes operacionais e cerca de 280 administrativos, ao que acresce que a redução do horário de trabalho para 35 horas semanais equivale ao trabalho normalmente desenvolvido por 100 funcionários, tendo solicitado comentários a este enquadramento.

Joana Lima (PS) para questionar acerca da existência de freguesias que, não sendo associadas da Associação Nacional de Freguesias, poderão vir a ficar de fora do acordo para a criação de gabinetes de apoio aos emigrantes.

Paulo Pisco (PS), notando a tentativa da oposição para desvalorizar a criação dos “Espaços-Cidadão” em Paris, onde com menos 40 pessoas se consegue agora fazer mais e melhor. Questionou o Governo sobre a situação das “permanências consulares, e sobre o acordo celebrado com o Luxemburgo, relativo ao ensino integrado, no sentido de saber o que pensa fazer o Governo acerca da mesma.

Em **resposta**, referiu o Senhor **Secretário de Estado** que:

A maior fatia do orçamento do Instituto da Segurança Social para o apoio às comunidades vai, precisamente, para o Brasil.

O atraso verificado em certos atos não tem a ver com os serviços consulares, mas sim com a receção de pedidos nos serviços centrais, mormente do Ministério da Justiça.

Vai ser brevemente apresentada uma Proposta de Lei de regulamentação da Lei da Nacionalidade, no sentido de que os casos de netos de cidadãos portugueses, bem como judeus sefarditas e goeses, sejam tratados conjuntamente.

Na questão dos títulos de condução, foi referido existirem contactos com as autoridades tanto

do Brasil como das Bermudas.

Existem contactos, necessariamente discretos, junto das autoridades do Reino Unido, tendo agradecido o trabalho que sobre a questão das adoções tem sido desenvolvido pela Senhora Deputada Isabel Santos. Informou, adicionalmente, existirem contactos estabelecidos no âmbito da rede europeia de Advogados de forma a aumentar o nível de acompanhamento da matéria, pese embora, segundo lembrou, existirem pendentes em Portugal, cerca de 8 mil casos de crianças institucionalizadas.

Informou que o Consulado de Portugal em Sion (Suíça) é para manter.

Relativamente às permanências consulares, informou que o nível atual é para manter, sem reduções assinaláveis.

A finalizar e relativamente às questões levantadas acerca do ensino do português no Luxemburgo, referiu que o caso está a ser acompanhado com muita atenção pela Embaixada de Portugal naquele país. Aguarda-se uma clarificação e o Estado agirá caso venha a ocorrer alteração ao acordado bilateralmente sobre a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** agradeceu a presença dos membros do Governo e declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.

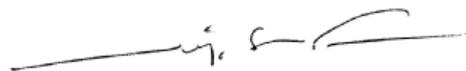
A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161123_1.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20161123_2.mp3

Palácio de S. Bento, 23 de novembro de 2016

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral
Bruno Coimbra
Carla Cruz
Fernando Jesus
Hugo Costa
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 07/02/2017.